A testemunha: limites à liberdade de expressão para protecção da organização social

O valor e o significado de um testemunho dependem do lugar social da sua enunciação. Uma representação da vítima (ou de um preso) desqualifica o testemunho. Desqualificação sobre a qual elabora o sistema judicial-penal moderno. A favor da manutenção e salvaguarda dos princípios de organização social, entre os quais, os básicos, são a misoginia, o elitismo e a dissimulação.

Este artigo regista e analisa um episódio de apresentação de uma testemunha vítima sobrevivente de um atentado contra a sua vida por parte do marido, a quem tinha pedido divórcio. Ressalta da análise o papel dos valores científicos, como a objectividade e a racionalidade, na estratégia de apresentação da testemunha. Objectividade e racionalidade como metáforas de submissão aos valores dominantes, com consequências práticas de menorização do valor de experiências "subjectivas", como a meditação e a justiça restaurativa.

Palavras-chave: violência, prisão, vítima, justiça restaurativa, organização social

A testemunha: limites à liberdade de expressão para protecção da organização social

Dois discursos e uma mesma pessoa. O primeiro discurso denunciava disfuncionalidades das prisões (na biblioteca, na recepção de livros do exterior, por exemplo). O segundo discurso explicava como uma vítima de grave agressão física, oito investidas com arma branca, se encontrou na condição de visitar o agressor na cadeia, apoiando-o nos esforços para retomar a sua vida.

Houve um hiato discursivo entre a apresentação das questões do poder (as disfuncionalidades do sistema) e as questões do cuidado (apoiar presos, neste caso). Mas houve também, igual nos dois tempos, uma enfase certeira e firme nas vantagens para terceiros e para os próprios de uma construção sólida de uma identidade social amadurecida, estável e sustentada. Identidade que permite receber de volta resiliência, incluindo à violência física e às adversidades sociais – no caso a destruição da família – reparando os danos causados, independentemente das causas, em vez de lamber feridas abertas e estigmatizar os outros.

Como há um hiato entre a religião (sistema) e a espiritualidade (cuidados mentais para darem sentido à nossa existência), como há um hiato entre as perspectivas masculinas e femininas da vida, ou entre as decisões dos tribunais (sem ouvir as vítimas – no caso, o tribunal decidiu que o preso poderia sair em liberdade condicional se não falasse mais com a sua vítima, precisamente a pessoa que mais o apoiara na prisão, sem a consultar) e as necessidades de integração social, houve uma marcação das diferenças entre um discurso sobre o poder e um discurso sobre os cuidados das identidades, própria e alheias.

Quanto ao poder, a discussão foi a de saber se haveria necessidade de isolar os presos dos livros e do exterior. Quanto aos cuidados de recomposição e sustentação de identidades sociais, as nossas e as de outros, revelou o interesse mútuo de agressores e vítimas em ultrapassarem os traumas em consonância, como prescreve a justiça restaurativa.

De uma perspectiva mais geral sobre o poder e os cuidados com as identidades das pessoas, o hiato discursivo, a incompatibilidade entre as duas partes do testemunho, decorrem de mundos de relações sociais distintos entre si. Há como que uma inversão de valores: o poder (dos tribunais, das prisões, dos sistemas) serve interesses e pessoas diferentes das que cuidam (de si e de outros) na construção de identidades (dos presos, das vítimas, dos familiares e amigos de uns e outros). As pessoas que cuidam e participam mutuamente na construção de identidades não têm voz nos sistemas.

Em termos jurídicos isto traduz-se na dupla finalidade das penas: punir, como forma de afirmação de poder, e ressocializar, como forma de reconstruir identidades sociais competentes em cuidar de si e dos seus. Na prática, as prisões concentram as suas actividades na primeira finalidade e a segunda é o maior dos seus fracassos, em particular espelhado nas taxas de reincidência no crime, na criação de mundos do crime através do efeito conhecido por universidade do crime.

Embora, claro, o fundamental continue a ser e existência das pessoas, sem as quais não há sistemas institucionais, estes ganharam uma autonomia própria e, na prática, dispõem de um espaço-tempo próprio (público, institucional, laboral, escolar, judicial, penal, etc.) caracterizado pela firmeza aparente, pela estabilidade, pela virilidade alegadamente permanente, pela ilusão do poder com sede extra social. Poder pessoal ou institucional ungido de cima, por Deus ou pelo estado ou pela soberania popular.

O hiato entre os discursos de poder e os discursos sobre os cuidados necessários à manutenção e recriação de identidades sociais admite a inversão da lógica: deixam de ser as pessoas que sustentam o poder para ser o poder que admite a existência das pessoas. É esta inversão, provavelmente, que permite a sociedade admitir a negação (embora temporária, ainda que na prática mais definitiva do que se imagina) da existência de algumas pessoas, as pessoas presas típicas: as pessoas previamente estigmatizadas e depois condenadas, que são a maioria dos presos.

Vítima, não obrigado!

A testemunha dispôs-se a dar conta da sua experiência pessoal. Fora alvo de uma tentativa de homicídio no aniversário duplo de 50 anos de nascimento e 20 de casamento. Na presença da filha de 18 anos, o marido a quem tinha pedido o divórcio por traição (sic) deste, espetou-a oito vezes com um objecto perfurador, produzindo fortes hemorragias internas. Com ajuda de um vizinho, chamado pela filha, esteve nos cuidados intensivos mas recuperou sem sequelas de maior. A prática de meditação que tinha começado algum tempo antes terá permitido não entrar em pânico e protegeu-a de si mesma naqueles momentos, afirmou. Possibilitou que a ajuda tivesse mais algum tempo para actuar e manter alguma consciência do que se ia passando.

Sobreviveu a tempo de acompanhar o julgamento do ex-marido, de quem se divorciou com ele na prisão (assunto de que não falou a não ser como reacção a uma pergunta). O marido sempre fora difícil. Mas isso não a levou a suspeitar que pudesse atentar contra a vida dela.

Quando recuperou fisicamente do ataque, dirigiu-se a um advogado, embora não tivesse dinheiro para lhe pagar os serviços, a pedir que a divorciasse. O advogado pediu-lhe que passasse a escrito os contornos do seu caso. Ela respondeu que já lhe dita dito tudo o que havia a saber sobre o assunto. O escrito não iria acrescentar mais nada. O advogado insistiu. A senhora entregou o documento e o advogado respondeu: ela estaria em melhores condições que ele para organizar um divórcio com o seu marido: que fosse falar com ele à cadeia.

Com a ajuda de uma senhora religiosa, a testemunha arranjou coragem para cumprir a prescrição do advogado. Visitou o marido para lhe pedir divórcio e, de caminho, para o ajudar a enfrentar a vida na prisão. A senhora que a acompanhou imaginou que haveria possibilidade de uma reconciliação do casal, que conhecera antes do crime. Mas não houve. Embora tenha acompanhado o agressor durante o tempo de prisão, embora tenha sido a sua visita mais frequente e lhe tenha perdoado o acto criminoso (ao contrário da filha de ambos, que não perdoou o pai, com quem não mantém relação), a coabitação estava fora de causa.

A testemunha foi escolhida para animar uma sessão de reflexão colectiva sobre reincidência penitenciária. Foi apresentada como vítima. E começou por dizer que não era na qualidade de vítima que vinha falar. Convidada a apresentar o seu caso, conforme estava previsto no figurino da metodologia que estava a ser aplicada, pediu escusa e disse que preferia ser objectiva: contar o que sabia e aprendeu sobre aquilo que é uma prisão. Sobre aquilo que poderia ou deveria ser uma prisão. Ter uma biblioteca e um bibliotecário capaz de orientar as leituras, em vez dos arrumos de livros velhos que existem nas prisões. Só depois disso, num discurso à parte, por insistência da organizadora, a história do testemunho que acima foi resumida foi apresentada. Cumprindo-se o interesse do pequeno colectivo presente.

Na prisão faltariam livros adequados aos interesses de reflexão e interiorização saudável e construtiva de bons sentimentos a respeito da vida de cada um. A burocracia exagerada,

exibicionista da arbitrariedade, tornava particularmente difícil a entrada de livros do exterior. Esta não foi a única linha de crítica mas foi a mais importante, a mais enfatizada e repetida depois nos diálogos pela testemunha.

A prisão, explicou, era necessária – o que fazer com alguém que acaba de matar ou tentar matar outra pessoa? – mesmo na sua forma preventiva (antes de condenação), ao menos para alguns casos. É preciso construir um espaço de passagem entre uma vida passada desorientada e uma vida futura organizada. A prisão foi, sem dúvida, uma oportunidade de reorientação da vida por parte de quem esteja tão perdido quanto o seu ex-marido. Mas não se percebem as dificuldades arbitrariamente impostas à comunicação com o exterior, sobretudo através de livros, de visitas ou contactos telefónicos. As visitas sofrem uma imensa burocracia que se multiplica em cada estabelecimento prisional, como se a credenciação de uma visita feita num estabelecimento não pudesse ser transferida automaticamente para todos os outros. Como se uma transferência de prisão fosse uma reentrada no sistema. Como se a visita devesse ser desencorajada. Como a finalidade do grupo reunido era pensar o que fazer para reduzir a reincidência, ali estava uma sugestão: facilitar as visitas de pessoas e livros na vida dos reclusos. Isso era objectivo, para a testemunha.

A testemunha usou a incompatibilidade dos discursos sobre o poder e sobre os cuidados das identidades sociais para minimizar a estatuto de vítima com que foi mobilizada. Primeiro apresentou-se como alguém que partilha e participa nos desígnios do grupo: encontrar estratégias para minimizar a reincidência. E, embora sabendo ao que vinha, desinteressou-se pelo papel que lhe fora destinado. Foi a insistência da organização que a levou a esclarecer: "eu não me escuso a contar a minha história: apenas o farei depois de dizer o principal que tenho para dizer: quero contribuir para o vosso poder nascente!"

A divisão polarizada de género nas nossas sociedades está associada à separação do poder, masculino, e dos cuidados, feminino. Objectivo, foi o termo usado, era a conversa do poder. Subjectivo seria a conversa dos cuidados partilhados. Veremos adiante que os adjectivos usados pela testemunha são formas de inversão da realidade (novamente, o que existe mesmo são as pessoas que constroem, através das suas relações sociais, os poderes e não são estes cuja existência autoriza a vida das pessoas). Foram a forma que a testemunha encontrou para escapar à sua revitimização, o que acontece quando conta a sua história e ela é, inelutavelmente, interpretada como resultado da fraqueza natural da vítima. É natural, diz-se, que os homens ataquem com violência as mulheres. Há mesmo quem se refira a isso como manifestações de amor. Não são piadas de mau gosto. São sentimentos e pensamentos vividos pelas vítimas.

A testemunha inverteu essa lógica: para ela, no seu relato, a vítima da sua desorientação e do regime penitenciário fora o seu ex-marido. Ela surgiu aos ouvidos do grupo como rara heroína. O que a testemunha remeteu para um controlo emocional, nomeadamente decorrente de práticas de meditação a que aderiu antes do atentado e da empatia, cujos benefícios para ela própria enfatizou: divórcio sem problemas, solução de problemas financeiros e de partilhas igualmente tão tranquilo quanto possível. Situações que, de facto, levam muitas pessoas a perder o sentido e o equilíbrio das suas vidas. E não foi aqui o caso. Apesar da extrema violência do crime.

Uma análise sociológica

A sua história pessoal classificou-a como um testemunho subjectivo: seria o seu lado da história, diferente do lado do marido ou da filha. O que merece reflexão.

Há um aspecto retórico da escolha da classificação. A testemunha pretendia, para escapar ao estatuto de vítima, dar enfase à sua qualidade de cidadã empenhada em colaborar com o grupo. A classificação objectiva colada às propostas de acção prática corresponde a uma imaginada neutralidade e exequibilidade de organizar bibliotecas com bibliotecários nas prisões, passível de ser adoptada pelo grupo. Por contraponto àquilo que a pessoa vivenciou. No passado, e sem futuro nem remendo. Embora a experiência se mantenha na sua memória (subjectiva, portanto).

A nossa cultura hierarquiza aquilo que é objectivo como sendo superior, compartilhável em sociedade. Subjectivo é inferior no sentido em que apenas serve os cuidados que cada um tenha para consigo, com a companhia de pessoas íntimas. Se radicalizarmos este raciocínio, a sociedade é mais importante que o individuo. A sociologia seria, assim, mais importante que a psicologia. Mas não é isso que se observa na prática.

Sujeitemos este episódio de classificação do que é mais importante e menos importante a uma interpretação sociológica, destacando diferentes níveis de realidade e de poder.

Se aceitarmos a estruturação social fundamental assente na misoginia, elitismo e dissimulação, confirmaremos haver aqui um jogo de sombras entre o individualismo típico das nossas sociedades e a prioridade aos interesses sociais. Numa frase, os indivíduos são prioritários quando têm suficiente poder – cultural, político, económico – e são secundários quando não têm poder suficiente. Como diria Orwell, somos todos iguais mas uns são mais iguais que outros, para brincar com o modo específico de dissimulação das sociedades modernas. Os dois critérios principais, primeiros, de desigualdade são o género e a posição social na hierarquia. Como tais critérios são recobertos por processos de dissimulação muito diversos, várias camadas de explicações e de tradições que mutuamente conflituam e se reforçam, há margem para percursos individuais e para mudanças sociais dentro do mesmo tipo de organização. Por exemplo, a razão, na era moderna, substituiu a religião na orquestração das dissimulações. O padrão geral de organização misógina, elitista e dissimulada, apesar de atacado por movimentos de libertação das mulheres, por laicos republicanos e comunistas, resiste firme.

A sociologia costuma cingir-se ao estudo da modernidade ou até da contemporaneidade. Mas pode também estudar lapsos de tempo mais longos. Procurar as origens dos valores historicamente invariantes, para melhor entender aquilo que vai mudando e as expectativas de transformação social que todos alimentamos. Ao fazê-lo podemos também reconhecer que é parte de processos de dissimulação a ideia de haver indivíduos e sociedades separados entre si. Não há. Os indivíduos são pessoas que coabitam com outras em sociedades organizadas, que se imaginam a si próprias, através das inteligências individuais, de certa maneira e, entre a organização oficial e a organização prática, lá se vão entendendo como viver em conjunto.

Cada um de nós é um ser social – ou não é. A vida testemunha, ou de qualquer pessoa, depende das pessoas com quem se relaciona. De tal forma que, apesar de recusar a ideia de voltar a coabitar com o seu ex-companheiro de 20 anos, não deixou que o crime cometido por este contra a sua vida a impedisse de cultivar, de acordo com as circunstâncias, a parte de si que conviveu com ele. Por acaso – porque o advogado fez uma sugestão rara e porque a

testemunha aceitou levá-la a cabo. Com a tranquilidade que a meditação lhe inspirou, sem sentimentos de culpa ou julgamentos de carácter. Ao contrário da filha do casal.

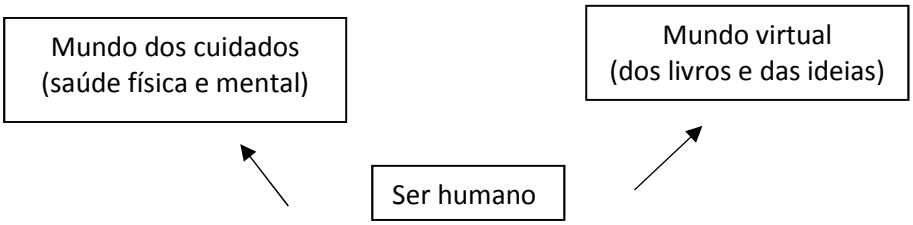
Estes desenvolvimentos (subjectivos mas, ao mesmo tempo, bem objectivos) beneficiaram a vida da testemunha. A liberdade condicional do agressor não lhe trouxe ansiedade, como causaria se não o tivesse acompanhado na prisão. Foi informada por uma senhora de uma igreja adventista, com certeza a pedido do próprio, que ele estava recolhido numa casa de saída, à procura de emprego, impedido pelo tribunal de falar com a sua vítima enquanto durasse a liberdade condicional.

O tribunal não perguntou nem informou a vítima da nova situação do condenado. Apenas a suspensão dos contactos com o prisioneiro – que eram relativamente frequentes – e um pedido de esclarecimentos junto do estabelecimento prisional por parte da vítima lhe permitiu saber que fora libertado. Pelo tribunal, a vítima seria apanhada desprevenida pela nova situação do agressor. Em qualquer caso, após o período de liberdade condicional, todos os seus direitos, incluindo de se aproximar da vítima, ficariam activos, sem que a vítima seja informada dessa notícia. Mas não foi disso, do eventual perigo que representa a libertação de um condenado, da eventual continuação da actividade criminosa, da ignorância do tribunal sobre a situação dos reclusos, incluindo a qualidade da informação social que chega ao tribunal sobre o assunto, do desinteresse dos tribunais pelos interesses das vítimas, de que falou a testemunha: foi de livros.

A objectividade, para a testemunha, era a necessidade de acesso dos presos ao mundo virtual que os livros proporcionam. O acesso a esse mundo, espiritual, intelectual, de meditação, de reflexão, de transformação interior, conduzido por bibliotecários, visitadores mais ou menos inspirados em sistemas religiosos, eis a função objectiva (desejavelmente prioritária) das prisões, no sentido de prevenir a reincidência. No seu caso, foi ela quem mais influência terá tido na condução da libertação (pessoal e jurídica) do ex-marido relativamente ao crime que cometeu. Porque também ele, como ela, dependem da sociedade (e um do outro) para a sua identidade pessoal. Para terem coragem de se afirmar pessoalmente como indivíduos com mérito social, aceitando-se, construindo-se, sem culpas ou medos, sem reincidências nas posições e nas subjectividades que produziram o crime. Com alta responsabilidade social e pessoal.

Cada ser humano – esta é a teoria que adopto aqui – cria, necessariamente em sociedade, duas vidas, instáveis, para lá da sua mera existência vegetativa: a) a vida dos cuidados de si e dos outros; b) a construção virtual de uma justificação para a sua existência pessoal e social – a identidade. Em ambas as vertentes as pessoas dependem intimamente umas das outras: dos cuidados de familiares e dos padrões culturais previamente produzidos, elaborados pela evolução social, ensinados e herdados pelas diferentes gerações. Não vale a pena cada um de nós tentar sequer ser ele/a a inventar quais sejam os cuidados ou quais sejam as identidades, pois a cultura milenar herdada tem soluções que cada um de nós jamais seria capaz de criar de raiz. Soluções que cada um de nós escolhe, molda e actualiza para si próprio (e deseja para outros) através da vida pessoal-social que, embora dividida nas disciplinas da psicologia, das ciências da saúde, da sociologia, da antropologia, da geografia humana, na prática aparece toda inteira a cada um.

Figura 1. Base do modelo de análise



O extraordinário é a testemunha entender ser objectiva a parte de reclamação junto do sistema penitenciário para um acesso equivalente aos dois mundos de necessidade dos presos. Uma vez garantida os cuidados essenciais, tecto, alimentação e roupas – com que as pessoas deixam de se preocupar quando entram na cadeia (disse a testemunha) – as prisões teriam objectivamente (sic) a obrigação de assegurar acesso livre ao mundo virtual. Se uma pessoa chegar com vida ao fim da pena, de um lado, mas com os mesmos problemas pessoais e sociais que a levaram ao crime, do outro lado, a reintegração social será, afinal, a mesma integração social anterior. As condições sociais para o surgimento de disposições criminosas equivalentes.

O modelo de análise da figura 1. estará mais completo se acrescentarmos o nível social do poder, acima e diferenciado das necessidades básicas das pessoas. Tal acrescento permitir-nos-á compreender a diferença entre uma escola – que deverá ter uma biblioteca acessível e interessante e vários bibliotecários-professores – e uma prisão, onde, conforme a testemunha, faltam livros e as orientações de leitura.

O poder é uma construção social que paira sobre as pessoas, que as divide entre as que têm e não têm poder. Mesmo quem tem poder não tem poder todo o tempo. Os seus actos de poder são, para simplificar, dar ordens que outros obedecem. Os poderosos, porém, não passam a vida a dar ordens. Ao contrário. Dão poucas ordens e velam para que as suas ordens sejam cumpridas. Quem tem poder, para estabilizar e reforçar o seu poder, organiza-se em pirâmides, de modo a que as ordens simples dos que estejam no topo da pirâmide não façam demasiados estragos (filtradas por milhões de outras decisões tomadas nos escalões de poder abaixo) e que as margens de manobra de quem manda, aos diferentes níveis, estejam bem delimitadas. Ao longo da história, as organizações evoluíram entre pequenas pirâmides e as mega pirâmides globais actuais, a partir da milenar base misógina, elitista e dissimulada.

Acontece que no sentido inverso da pirâmide, de baixo para cima, também pode e há poder: é o poder de restringir as ordens aos limites das respectivas legitimidades formais e informais. Não há é quem esteja encarregue de seguir, ordem a ordem, os seus efeitos práticos. Por exemplo, a ordem da disponibilização de livros nas prisões. Quem se dedique a seguir, na perspectiva de de baixo para cima, as ordens são associações ou investigadores universitários que, para o efeito, se posicionam nalgum degrau das hierarquias de poder. A nossa sociedade sustenta os poderes de cima para baixo com muito mais recursos do que os poderes de baixo para cima. Por isso há tanto quem reclame mais poderes para a sociedade civil. Embora, vale a pena chamar a atenção para isso, noutros países europeus e ocidentais, onde os investimentos nas respectivas sociedades civis são incomparáveis e muito maiores que em Portugal, a desigualdade de poder entre o estado e as ong´s é estruturalmente enorme e, sobretudo, de dependência: ong que não se comporte conforme o prescrito fica sem recursos.

Da objectividade

Depois de mostrar como a testemunha usou um modelo de análise social centrada nos cuidados inter-pessoais e na necessidade crítica de construir identidades sociais saudáveis, sem o seu topo, o poder, como explicar o sentimento de objectividade atribuído a um primeiro discurso (a recomendação de orientar a actividade do grupo que encomendou o testemunho no sentido de obrigar as prisões a abrirem acesso ao mundo virtual para os reclusos), em contraste com o sentimento de subjectividade no que toca à sua experiência pessoal de justiça restaurativa?

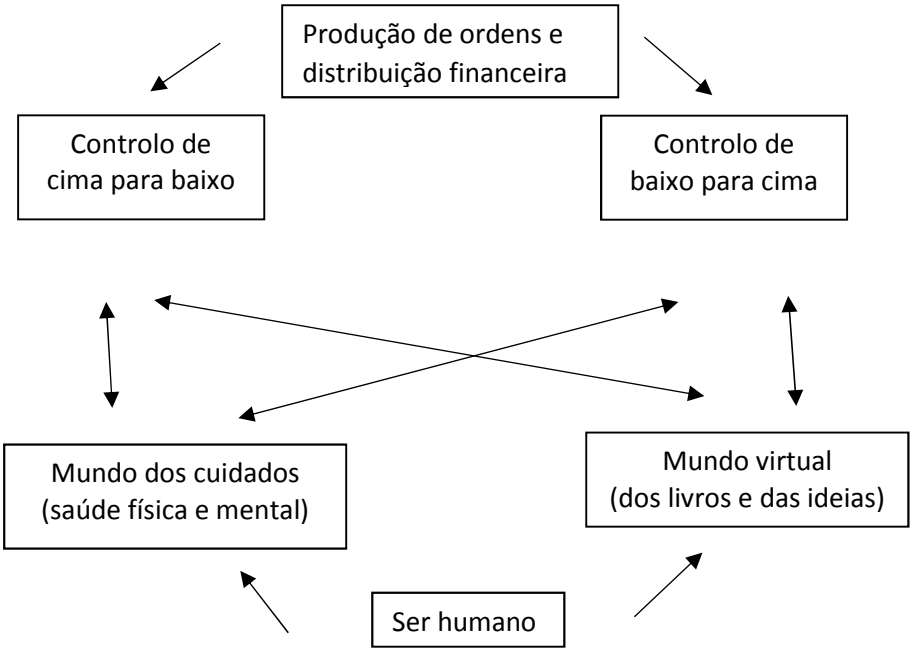
A distinção entre o objectivo e o subjectivo é, também, uma distinção de poder. De poder-saber, como diria Foucault. Objectivo será um saber com autoridade, utilitário, funcional, efectivo, material, transformador, susceptível de ser traduzido em números, capaz de conduzir quem esteja subordinado. Neste caso, notar e reclamar a falta de livros poderá ser uma orientação para quem tenha poder para organizar a presença e disponibilidade de livros, porque as finalidades das penas – o reconhecimento da culpa e a preparação para uma vida diferente – serão favorecidas com tais condições. Subjectiva será a vida de cada um. Aquilo que cada preso faz com a sua vida na prisão. Aquilo que os familiares e amigos fazem com ele. Mesmo sem acesso a livros, a vida social individual pode superar, e supera, os constrangimentos de base. O tempo de prisão pode mesmo ser usada para ressocializar, interromper percursos de vida negativos. Mas a maioria dos presos, mostra-o a prática, continua a reagir como consequência lógica da falta de condições estruturais para romper com o passado. Para a maioria a prisão é a universidade do crime.

Acima dos requisitos de sobrevivência trabalhados individualmente, com a ajuda das solidariedades sociais com que cada um pode contar, há jogos de poder capazes de favorecer ou dificultar as escolhas existencialmente acertadas das pessoas. Objectivamente faltam livros, entre outras condições. Subjectivamente é possível ultrapassar, por razões conjunturais (com a ideia de visitar o agressor para facilitar o processo de divórcio e a boa relação que foi possível construir a partir daí) os constrangimentos do funcionamento institucional.

Mas porque razão é feita a hierarquização do subjectivo (em baixo) e do objectivo (em cima)? Porque razão a testemunha entendeu (bem, no meu julgamento) dever apresentar-se ao grupo de trabalho em cima, para escapar ao estatuto de vítima, e se elevar ao estatuto de participante e contribuinte para o poder do grupo? Porque razão aquilo que não está a acontecer – a disponibilização de livros e orientações de leitura nas prisões – é apresentado pela testemunha como objectivo e a sua experiência extraordinária, embora vivida e explicada com naturalidade, é apresentada como sendo subjectiva?

Para compreender melhor a ambiguidade das expressões objectivo e subjectivo, justapomos uma análise do poder (em cima) à análise dos cuidados e das identidades (em baixo). Cuidados e identidades individuais, produzidos em solidariedade emocionalmente intensa, com grande envolvimento das subjectividades de quem participa nos cuidados e nas identidades partilhadas, criados a partir de tradições (a vida em comum e a ideia dos papéis de género no casal, por exemplo) e de estados de espírito (a prática de meditação da testemunha ou a recomendação do advogado ou o apoio da senhora amiga da família orientada por motivações religiosas). Poder abstrato, organizacional, burocrático, mobilizador de recursos e profissionais, distanciado relativamente às emoções de cada caso, objectivo, de aplicação geral.

Figura 2. Modelo de análise completo



A realidade material são os corpos das pessoas, não são as instâncias de poder que a sociedade criou. A matéria cósmica evoluiu primeiro para sistemas estrelares, entre os quais o sistema solar. Depois, criaram-se espaços-tempo particulares, como aqueles que se viveram e vivem na atmosfera terrestre. Depois, emergiu a vida capaz de se manter. A evolução fixa as capacidades de manutenção de astros, espaços-tempo, formas de vida, que passam regularmente da crise de extinção às pragas, da escassez ao excesso, da saúde à doença, com períodos de estabilidade. Em ciclos de crescimento, de crise em crise, de transformação em transformação, de que nós somos parte. A consciência humana é um resultado da evolução.

Os outros animais tem consciência. Mas não usam livros nem internet. Vivem mundos virtuais extremamente limitados, se comparados com a vida virtual das pessoas. Cuidam de si e dos seus próximos mas não são capazes de transformar o meio com a profundidade e extensão da espécie humana. Não são obrigados a imaginar o futuro como acontece à nossa espécie (Corballis 2011). Embora concebam e reconheçam hierarquias, os outros animais são incapazes de desenvolver conceitos tão complexos como as pessoas. A ponto do poder se tornar uma obsessão. Uma religião, uma ideologia.

A partir de certa altura da experiência humana, surgiu aquilo que chamamos organização (Malešević 2010). Dos diversos modos anteriormente experimentados de facilitar a reprodução e a vida social, em pequenas comunidades, um deles afirmou-se pela sua eficácia prática. O modo misógino, elitista e dissimulado de organização. A divisão de trabalho entre géneros, a hierarquização social e funcional, a elaboração de discursos legitimadores mais ou menos fantasiosos, a que a ciência pretende por cobro através de um investimento na objectividade. Objectividade entendida como a composição de relações biunívocas entre a experiência pessoal própria da espécie, que pode ser repetida por seja quem for independentemente do espaço, do tempo e das condições subjectivas em que a experiência se realize, e as representações abstractas, figurativas, metateóricas, matemáticas, da natureza

das coisas. Composição biunívoca, integrada, coerente, entre o mundo prático e o mundo virtual. A vida e os livros.

Uma das fragilidades das organizações é a tendência que têm de atribuir privilégios a posições de superioridade funcional, fixando ao mesmo tempo famílias inteiras ao usufruto de tais privilégios. Criando, à medida que a funcionalidade organizativa aumenta, maiores desigualdades sociais em torno das organizações e da modernidade (Nunes 2003:79-80) .

Descartes estava equivocado, e inverteu a ordem dos factores da evolução quando declarou "Eu penso, logo existo!". Ele quis conciliar a ideia de um Deus criador, um poder de cima para baixo, e, de baixo para cima, uma ciência transformadora, um poder das organizações sobre a natureza e a experiência humana: uma dialética desequilibrada entre os cuidados e as identidades sociais, em baixo, de menor poder e capacidade, subjectivos, e as organizações sociais mais alargadas, como o estado ou as grandes empresas, em cima, com grandes recursos e capacidades objectivas de mobilização social, independentemente de as poderem usar para finalidades privadas ou perversas, como a exploração ou a repressão ou a guerra ou a destruição da natureza.

Descartes afirmou, junto daqueles que eram capazes de o ler, as pessoas cultas e competentes para organizar o pensamento e orientar as decisões públicas, nomeadamente em matéria de ciências – arquitectura, geografia, balística, etc. – todos eles poderiam ter a certeza de existir. Pelo facto de partilharem entre si pensamentos, resultado do treino de pessoas educadas, poderiam estar seguros e assegurar-se mutuamente da sua existência com alguma autonomia de Deus. Com vontade própria racional. E as pessoas que não pensam? Existirão elas? Ou serão mera paisagem, mera natureza, mera criação, incapazes de recriarem a sua própria existência, incapazes de fazerem diferença na vida social? Obrigadas a servir o seu destino?

As vítimas, por definição, são aquelas pessoas que não estão em condições de fazer diferença. São pessoas esmagadas pelas circunstâncias, como se não tivessem vontade própria, como se não existissem como seres humanos livres, independentes dos seus agressores. Sem mérito suficiente para que a sua existência seja tida em conta. Entre as vítimas, a par das vítimas, estão os presos – gente poderosa, criminosa, mas tolhida pela repressão do estado. Como estão os guardas, os estrangeiros, os ciganos ou os africanos, e muitas outras ideias sobre gentes que depois se aplicam ou não a pessoas concretas. Através de processos de estigmatização. Processos que podem ser espontâneos (como no caso do pogrom conhecido por matança de Lisboa de 1506) ou podem ser organizados, como no caso de diversos genocídios nos nossos tempos.

É um erro cognitivo, mas é uma realidade prática, o processo de essencialização das vítimas e dos presos como pessoas incapazes e impotentes, de um lado, e criminosas e poderosas, do outro. Todos somos humanos. E, durante a nossa vida, uns mais que outros e com diferentes impactos na vida de terceiros e na vida colectiva – é verdade – cumprimos papel de vítimas ou de criminosos. Mas só a alguns cabe viver mais do que alguns episódios fugazes nessa condição. À maior parte de nós, seja porque fomos capazes de escamotear a situação seja por benevolência da sociedade, a maior parte das vezes por efeito cruzado das duas coisas, esquece e ultrapassa as situações embaraçosas. Mas há pessoas que caem em situações de vitimação ou/e criminalização e são socialmente empurradas para aí se manterem (como é o caso das mulheres batidas por companheiros que acabam por lhes fazer mal).

Uma parte da humanidade, a humanidade com que não nos identificamos, por serem estrangeiros ou pobres, é desconsiderada socialmente, sem que sintamos culpa disso. Sem que

sintamos que devemos fazer alguma coisa contra isso. Como diz a ideologia do pensamento único, só o crescimento económico resolverá as disfunções da pobreza e dos males associados, como o crime. Uma parte da humanidade é desumanizada. Cai em desgraça, é abandonada, como se queixam amargamente os refugiados por todo o mundo. É como se eles não existissem. E, por isso, nós não pensamos neles.

A nossa testemunha quis escapar à indiferença a que culturalmente as vítimas são remetidas. Quis-nos dizer: "Eu penso (em participar convosco nas finalidades da vossa demanda), logo existo (quero ser considerada uma de vós)!". Quando poderia legitimamente dizer: "Eu existo (sobrevivi a um atentado), logo penso (porque fui obrigada a isso e deixo-vos a minha experiência para vosso uso)!" O que seria respeitar a ordem da evolução dos factos. Mas seria também um estímulo para que o auditório desqualificasse o testemunho de uma vítima como uma visão subjectiva, uma desculpa, uma justificação, da sua condição – imaginada como permanente – por quem prefere distinguir-se e separar-se das vítimas, por hábito cultural.

Das vítimas não reza a história. Nem tal perfil serve para modelo de identidades sociais edificantes. Vítimas são, como se costuma dizer, pessoas que vivem situações que só acontecem aos outros. Que nós somos condicionados a não conceber ou aceitar que se possam passar connosco. Porque uma tal antecipação pode ter um efeito de profecia que se autorrealiza e porque gera ansiedade sem possibilidade aparente de contrariar a situação que se antecipa, mas não tem contornos de realidade actual.

Ao contrário do que escreveu Descartes, existimos. Todos os seres humanos existem. E, por isso, podemos (somos obrigados, na verdade, a) pensar nas nossas vidas. É certo que só alguns de nós de ocupam de prevenir acidentes ou desastres naturais ou de causas humanas. Só alguns de nós têm responsabilidade organizacionais de orientação da participação dos funcionários e dos trabalhadores. Mas isso deve-se ao facto de, em vez de tocar a todos e a cada um cumprir essas tarefas de coordenação organizativa, o modo de organização dominante fixa grupos sociais ao monopólio de tais tarefas e atribui-lhes privilégios. Os privilegiados podem, então, distinguir-se dos restantes humanos constatando que "penso (como funcionário ou empresário ou dirigente), logo existo!"

A evolução, descoberta por Darwin, produz-se de baixo para cima. O que não implica adoptar uma versão romântica ou rousseana do processo: não há, nunca houve, bons selvagens. O que houve e há foi e é outras possibilidades de organização da vida social e, portanto, da vida pessoal. O caso da testemunha mostra como, em situações extremas, a sobrevivência pode seguir caminhos inesperados. O que nos disse a testemunha é que o caminho que seguiu, exótico para a nossa cultura, à luz das recomendações exclusivamente punitivas alimentadas pelos nossos dirigentes profissionais, é objectivamente melhor para todos os envolvidos.

Se assim for, porque razão aqueles que pensam, o estado, ainda não se deu conta dessa verdade?

Não há, nem nunca houve sociedades hobbesianas, todos contra todos. Ao contrário do que nos querem fazer querer os obcecados com a competição e a competitividade. Não há moral na evolução, nem há determinismo. O evolucionismo deixou de pensar mecanicista há muito tempo. Na verdade, não são os mais fortes quem sobrevive, como bem sabemos desde que descobrimos os dinossáurios. Sobrevivem os mais adaptados às circunstâncias, todos muito variados, todas muito variadas. Cigarras e formigas, perversos e santos, não estão predestinados a viver felizes ou infelizes. O que é inquietante. A moral (nem o estado)

garantem a justiça. A justiça punitiva, a criminalização, só magicamente resolve o problema. Objectivamente, agrava-o. Foi esse o valor inestimável do testemunho da nossa testemunha.

Há uma contradição entre os jogos de poder (por exemplo, entre as finalidades de ressocialização declaradas e as práticas de exclusão social praticadas nas prisões, nos asilos, etc., por exemplo condicionando negativamente a acessibilidade a recursos fundamentais para o trabalho de transformação pessoal e social dos condenados) e as necessidades sociais das pessoas envolvidas nos processos de vitimização, de criminalização, de ressocialização. As necessidades sociais são julgadas, *objectivadas*, por funcionários encarregues de interpretar a vida e os desejos dos necessitados, de acordo com as políticas em vigor. Independentemente da expressa vontade *subjectiva* destes.

Da racionalização cartesiana

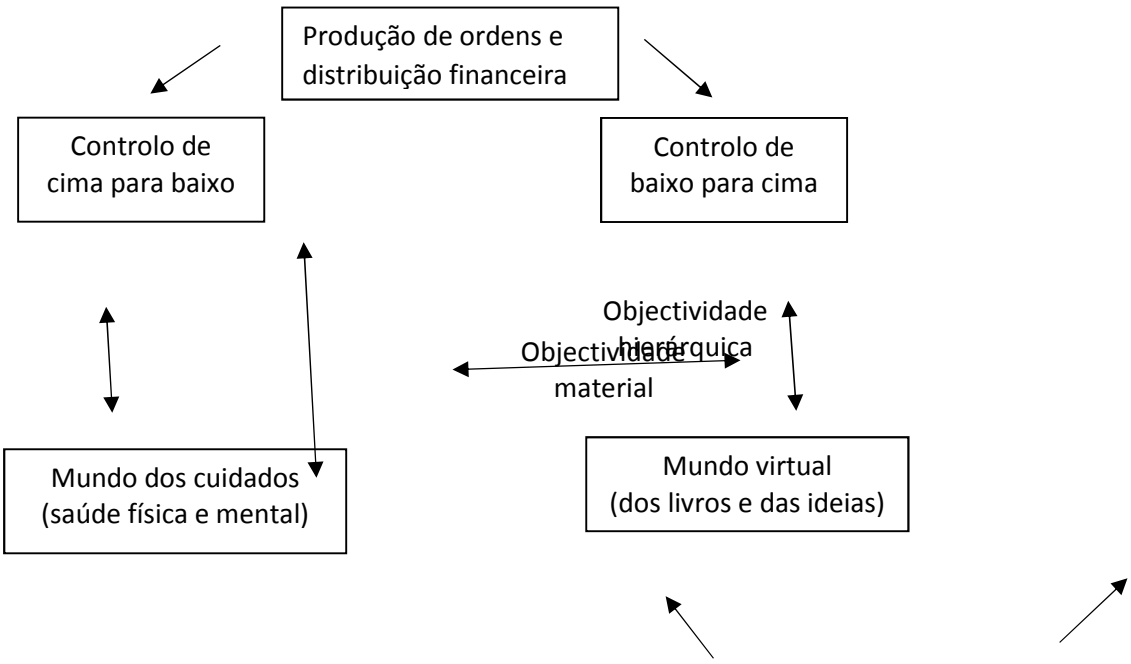
Os humanos são mais violentos que os outros animais. Praticam a violência em sociedade. Organizam-se de um modo que os outros animais não sabem fazer. Usam o mundo virtual que evoluiu com a espécie e tanto criam cidades pacificadas como, a partir delas, lançam guerras e outras formas de destruição, como as indústrias.

Não é preciso dizer como as cidades e as indústrias são boas. Ou como são más. Objectivo é o quê? Dizer que são boas? Ou dizer que são más? Dizer que as prisões deviam ser boas, se tivessem bibliotecas? Ou dizer que são más, porque não têm bibliotecas?

O acesso ao mundo virtual, tem razão a nossa testemunha, é condição primordial de integração social das pessoas – sobretudo por diferença ao que se passa no mundo dos outros animais. Ter capacidade para se posicionar num mundo social complexo e em transformação permanente. Reconhecer as posições alheias e ser capaz de se pôr no lugar dos outros.

O mundo virtual mostra-nos outras formas de entender a vida e o mundo que não nos foram oferecidas pela experiência quotidiana. Mostra-nos as nossas limitações. E como é preciso muito trabalho e vontade para nos elevarmos da nossa posição social a tal ponto que sejamos capazes de entender as posições dos outros e as lógicas de interacção social.

Figura 3. Duas concepções de objectividade



Ser humano

Segundo Descartes, o que há a fazer para desenvolver e aprender conhecimentos objectivos é isolar situações que possam ser observadas directamente e estudá-las a fundo, como se não estivessem ligadas ao resto do mundo. Devemos aprender a simplificar aquilo que observamos através de um processo de demarcação do campo a observar, como se fosse um sistema fechado. Depois de fazer isso muitas vezes, para objectos diferentes, bastaria justapor os conhecimentos ou sistemas uns aos outros para obter um conhecimento abstracto daquilo que não é observável directamente.

Esse conhecimento, como procura mostrar a diferença entre as figuras 2. e 3., é mecânico. Descartes simplifica a realidade (em tipos ideais, diria Max Weber) para melhor a conhecer. Segundo eixos cartesianos, fáceis de representar a duas dimensões.

Simplifica-a de acordo com padrões de classificação de conhecimentos que reproduzem a estrutura base da organização social – misógina, elitista e dissimulada.

Vimos como a objectividade é entendida comumente como uma característica das representações impostas pelas pessoas com mais poder às pessoas com menos poder. A escola, por exemplo, reproduz essa racionalidade autoritária isolando os estudantes dentro de salas de aula, dentro das escolas, independentemente das experiências práticas dos alunos e dos professores fora das escolas. Objectivo é aquilo que é superiormente determinado como certo ou verdadeiro.

Por exemplo, a respeito dos livros nas prisões dir-nos-ão que objectivamente as bibliotecas existem e os presos não as usam. Ainda que reconheçam as limitações funcionais das bibliotecas, argumentarão que os investimentos necessários seriam desproporcionados e inúteis face ao público utilizador desinteressado das leituras.

A dissimulação que recobre este diálogo imaginário é o facto de se chamar educadores aos técnicos que na prisão de ocupam das necessidades sociais dos presos. Estando essa educação alheada do estímulo de utilização de livros, pois trata-se de uma educação pensada para ser aplicada a um tipo de pessoas que falharam as oportunidades que tiveram de escolarização. As prisões, embora a justiça e a lei devessem ser iguais para todos, têm por prisioneiros pessoas de um certo tipo, pessoas previamente desqualificadas antes de entrarem no sistema. O sistema penitenciário reforça essa desqualificação, através do cadastro criminal e da experiência de viver em prisão.

Embora teoricamente vivamos numa sociedade de iguais, na prática tudo se processa para constatar acriticamente e reforçar as discriminações e desigualdades sociais. Objectivamente, uma sociedade complexa descrita na figura 2. é representada na mente racionalizada pelo pensamento cartesiano como na figura 3. Aquilo que for distinto – por exemplo, admitir que os presos possam beneficiar da leitura, como as pessoas de nível superior podem fazer – é ser romântico, esperar que o mundo seja aquilo que nunca foi, presumir que os pobres um dia irão deixar de existir, que todos somos igualmente dotados para o conhecimento, etc.

Podemos representar assim a ideia que tornou Foucault famoso, de o poder e o saber serem duas faces da mesma moeda. Ambos descrevem os resultados práticos das desigualdades sociais decorrentes da organização social apresentadas de forma simplificada e de maneira sincronizada. Os mundos virtuais, os conhecimentos, como o poder, podem ser representados

na vertical, como um processo de elevação e de competição. Como nas universidades. E as organizações são representadas como pirâmides, no topo das quais se acumulam poderes e saberes. Numa simplificação agravada da representação da figura 3. Com a finalidade de omitir, dissimular, naturalizar, objectivar, a existência de processos sociais de discriminação instalados para reduzir a uma elite as oportunidades de adquirir os méritos de conhecimento que justificam o exercício do poder.

Os segredos que recobrem a vida das prisões atrás de muros e atrás de processos ideológicos decorrem da subjectividade aprioristicamente atribuída dos testemunhos dos presos: de mentirem por ignorância ou com intenção de se fazerem de vítimas, para chamar a atenção (como ocorre espontaneamente a todas as vítimas). Funciona o mecanismo social de alheamento expresso em culpar a vítima por se ter deixado expor a uma situação de risco. A mulher abusada ou batida, tal como o preso torturado, "alguma coisa terá feito" para que tal sorte lhe tenha acontecido. Isto é, objectivamente a situação de sujeição das mulheres e das pessoas que, independentemente do género, se encontram hierarquicamente em posições de inferioridade são mais susceptíveis de vitimização. E disso não decorre nenhuma intenção social de reposição de algum equilíbrio social. Precisamente porque a hierarquização e a manutenção de uma classe dirigente estável, com exclusão de todos os outros, é a pedra de toque do modo de vida estável que as sociedades organizadas ambicionam para si (Elias 1990).

Notas finais

A testemunha foi convocada. Foi-o na qualidade de vítima de um crime impropriamente designado por violência doméstica (a violência contra as mulheres é social: organizada pelos poderes e pelos saberes). Vítima é alguém sem poder, a quem as coisas acontecem sem haver capacidade de prevenção, expõem-se como um ser humano. Cabe à audiência, distante, aproximar-se (ou não) em solidariedade ou até identificar-se com a vítima (temendo a mesma sorte ou/e elevando ao papel de heroína a pessoa extraordinária, diferente das outras vítimas). O risco da vítima ser revitimizada, continuar abandonada pela sociedade e não entender os mecanismos sociais da sua vitimização (misoginia, elitismo e dissimulação), recaindo nela, é grande.

Sabendo disso, e tendo presente esse problema, que afecta necessariamente não apenas a sua identidade social no momento de tomar a palavra como condiciona todo o mundo virtual que se cria em torno da sua narrativa, inteligentemente a testemunha encontrou uma forma de escapar ao estigma (ao condicionamento estrutural e cognitivo da recepção da sua mensagem e da sua pessoa).

Desqualificou o testemunho pessoal, atribuindo-lhe o adjectivo de subjectivo (versão pessoal de uma história com muitas versões possíveis, como a judicial, a do agressor, a das testemunhas, como a sua filha, a dos media). Para vincar essa desqualificação preparou um discurso que classificou como objectivo. Desinteressou-se pelo pedido feito: contar a sua história de vitimação. Reclamou por um serviço bibliotecário nas prisões, indispensável ao cumprimento da missão oficial da instituição. Manteve, todavia, para nosso benefício, a disponibilidade para contar a história de violência e justiça restaurativa espontânea de que foi uma das protagonistas. Mas só porque lhe pediram com alguma insistência. Depois de se ter apresentado como alguém com desejo de partilhar os objectivos do grupo. Depois de se ter afirmado como igual entre iguais.

Quando testemunhou, num segundo discurso produzido a pedido e depois de insistência, não se descreveu como protagonista. Descreveu-se como pessoa previamente preparada para ser resiliente, através da prática de meditação. Focada em cuidar de si e, portanto, quando se proporciona a possibilidade, cuidar dos outros também, a testemunha apresentou-se como testemunha, distanciada, dos actos de extrema violência de que foi alvo. A meditação tê-la-á ajudado a sofrer os golpes sem entrar em pânico. Distanciando-se de si mesmo e observando-se de fora. Aumentando o tempo até que o socorro chegasse.

Os livros que reclama para as prisões vão na mesma linha de cuidar de si a que a testemunha já se dedicava antes do incidente violento. Trata-se de produzir resiliências preventivas nos presos para a vida na prisão e para quando saírem da prisão. Mais do que um testemunho subjectivo, a testemunha apresentou-nos, a dois tempos, uma explicação cognitivamente objectiva para o facto de ainda estar viva e, ao mesmo tempo, estar tranquila com a sua condição, incluindo na relação com o seu agressor. Porém, essa explicação não é oficial nem sequer é culturalmente ocidental. Nem a meditação nem a justiça restaurativa são referencias centrais da nossa sociedade e das nossas culturas. De onde a classificação de subjectivas: algo que a testemunha usa, mas para o que não pode esperar reconhecimento social de autoridade para o fazer.

A prática da justiça restaurativa, sugerida pelo advogado e cumprida, com sucesso, pela testemunha, tem a virtualidade de substituir a relação entre agressor e vítima por relações solidárias e de mutua abertura e compreensão. Com alívio emocional para ambas as partes, permitindo concentrarem-se em futuros abertos em vez de remoerem episódios passados.

Quanto aos livros, sabe-se, da experiência, que presos com formação superior têm uma taxa de reincidência residual, em contraste com as grandes taxas de reincidência do resto da população. A formação adquirida nas prisões também minora a taxa de reincidência. Nos EUA, algures nos anos 70 ou 80, fez-se a experiência de oferecer a possibilidade de estudos superiores a presos de uma certa circunscrição. O sucesso foi tal que determinou o fim da experiência. Os vizinhos dos presos reclamaram junto do estado as mesmas oportunidades: “Será preciso cometermos um crime para termos direito a frequentar a universidade sem pagar?”

As teorias sociais podem e devem questionar-se sobre o papel que têm e podem ter no sentido de reforçar as discriminações e os estigmas que sustentam a organização misógina, elitista e dissimulada em que vivemos ou se preferem trabalhar para libertar a voz das vítimas, reconhecendo-lhes os mesmos direitos à livre expressão e reconhecimento social de que gozam as vozes autorizadas.

Objectivo, concluiremos, é o uso das bibliotecas prisionais para calar críticas. Sem que existam intenções superiores de educar os presos. Dissimulando essa falta de intenções com a manutenção de espaços e materiais que sugerem ter um dia havido uma qualquer intenção que não foi continuada (alegadamente, cinicamente ou não, por falta de recursos).

Objectivo é a evidência da discriminação de género nas prisões (mulheres são entre 5% e 10% dos reclusos e, inversamente, a esmagadora maioria das visitas e das pessoas que ficam pobres por falta de recursos que, em liberdade, os presos proviam as respectivas famílias). Objectivo é a extrema e exagerada hierarquização da vida prisional e a sua imersão em estratégias de dissimulação profundamente arreigadas nas sociedades. Como imaginou Bentham e chamou a atenção Foucault, as prisões são, embora em exagero, modelos de organização social ideais tipo.

Bibliografia:

Corballis, M.C., 2011. *The Recursive Mind – The Origins of Human Language, Thought, and Civilization*, Princeton: Princeton University Press.

Elias, N., 1990. *O Processo Civilizacional (Vol I e II)* 1ª edição., Lisboa: D. Quixote.

Malešević, S., 2010. *The Sociology of War and Violence*, Cambridge: Cambridge University Press.

Nunes, A., 2003. *Neo-liberalismo e Direitos Humanos*, Lisboa: Caminho.